



NUDISS

**I Seminário Nacional Infância,
Juventude e os Direitos Humanos no Brasil**
Niterói (RJ, Brasil), 10 a 12 de setembro de 2025

Trabalho Infantil: invisibilidade e desigualdades na Amazônia

Child Labor: Invisibility and Inequalities in the Amazon

Adrea Canto¹

Pamela de Almeida²

Eixo Temático: EIXO 1- Políticas públicas, infância, adolescência e juventude

Introdução

Esse trabalho surgiu a partir de discussões realizadas com profissionais e estudantes sobre infância e trabalho infantil. Utilizamos como metodologia a pesquisa participativa por meio de oficinas realizadas com profissionais trabalhadora/es do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e estudantes, entre eles: assistentes sociais, educadores sociais e estudantes de graduação dos cursos de serviço social, psicologia e pedagogia. As oficinas consistiram em trabalhar a categoria infância e os conceitos criança e trabalho infantil, tal como, relacioná-las a metodologias de trabalho com crianças por meio das políticas públicas, que propiciem o respeito e as singularidades das infâncias no contexto amazônico. O referido trabalho tem como objetivo discutir acerca do trabalho infantil e a construção ideológica da infância a partir de uma perspectiva histórica social e não de naturalização desta. Embora, as falas de profissionais e estudantes que atuam/atuarão nas políticas públicas para as crianças ainda seja de reforçar a ideia de naturalização de uma infância homogênea.

Essas experiências nos remeteu a discutir a categoria infância, a fim de desconstruir a ideia de homogeneização desta, pois ao questionarmos o que é infância? é comum termos as seguintes respostas “melhor fase da vida”, a “fase de brincadeira”, “momento de pureza”, enfim, repostas que não situam a infância como categoria social histórica construída. Discutir o trabalho infantil percebendo as desigualdades de classe e a infância como categoria, poderá ser um fator importante na luta por garantia de direitos protagonizados no Estatuto da Criança e do Adolescente, bem como na Constituição Federal.

¹ Doutora em Desenvolvimento Rural pela UFRGS, pedagoga, professora SEMEC/ Belém, vinculada ao grupo de educação financeira da Amazônia – UFPA, no qual desenvolve trabalho e pesquisa sobre infâncias e educação.
Email: adreacanto@yahoo.com.br

² Mestra em Serviço Social e Professora do Curso de Serviço Social da Universidade da Amazônia (UNAMA).
Email: pamelazatreparek@unama.br



NUDISS

**I Seminário Nacional Infância,
Juventude e os Direitos Humanos no Brasil**
Niterói (RJ, Brasil), 10 a 12 de setembro de 2025

Trabalho Infantil na Amazônia

A construção social hegemônica de infância estabelecida pelo sistema capitalista imprimiu a ideia de igualdade de proteção e cuidados para todas as crianças e dificultou o combate às desigualdades e a compreensão de uma sociedade de classe. Essa ideia de infância hegemônica defendida por profissionais contribuem para a manutenção das desigualdades sociais e possibilitam, as crianças das classes menos favorecidas a não desfrutarem do projeto de infância inventado pela modernidade.

Entendemos ser necessário discutir a ideia de infância e de criança na sociedade contemporânea, levando em consideração que essa categoria foi cunhada no interior da sociedade burguesa moderna e que ao longo da história foi ganhando *status* de naturalidade e passou a ser uma “fase da vida” e não mais uma categoria construída a partir de um ideal de criança, protegida, cuidada, paparicada, segundo Kramer (2003, p. 87). A Infância não é natural, ela é uma ideia cunhada e construída Histórica, Social e Politicamente e aparece com a “sociedade capitalista urbano-industrial, na medida em que mudam a inserção e o papel social da criança na comunidade”.

O ideário de infância pensado pela modernidade acabou sendo modificado, pois uma vez que a sociedade moderna entra em crise e reconhece que não consegue cumprir suas promessas, pois as desigualdades de classe não mudam, a participação das crianças no mundo do trabalho produtivo e no mercado passa a se uma necessidade (Arenhart, 2007). Essa forma uniforme de pensar infância tem condicionado a construção de um pensamento único à medida que considera que todas as crianças possuem infância, quando na verdade sabe-se por meio dos dados estatísticos, que uma parcela considerável delas não usufrui do cuidado e proteção.

No Brasil historicamente o trabalho infantil é parte da sua força produtiva, sobretudo, com o crescimento do capitalismo nacional, os dados apontam que no ano de 2022 foi identificado o aumento do trabalho infantil em alguns estados brasileiros como: Amapá, Mato Grosso, Pará e Tocantins, que juntos somavam o equivalente a quase 180 mil crianças e adolescentes de 05 a 17 anos em situação de trabalho infantil (IBGE/Penad, 2022). Já em 2023, 1,607 (milhões) crianças e adolescentes, em idade de 05 a 17 anos estavam em situação de trabalho no Brasil. Desses, foram identificadas e afastadas 2.564 crianças e adolescentes (PENAD/IBGE 2023) dessa condição. Na Amazônia no ano de 2024 houve aumento de 12% de trabalho infantil, no total 55.423 crianças e adolescentes entre 5 a 17 anos estão em situação de trabalho infantil, sendo que 58, 1% delas



NUDISS

**I Seminário Nacional Infância,
Juventude e os Direitos Humanos no Brasil**
Niterói (RJ, Brasil), 10 a 12 de setembro de 2025

exercem as piores formas de trabalho. As principais atividades identificadas incluem comércio de alimentos, produção florestal e serviços domésticos. A Região Norte, concentra 6,9% de crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil sendo a mais alta do Brasil (Agência Cenarium, 2024). A partir desses dados podemos afirmar que o projeto de infância homogêneo do capitalismo não se concretizou, nem na modernidade e nem na contemporaneidade, mas sim, observamos um aumento do trabalho infantil, sobretudo, na região amazônica.

Considerações finais

Pensar a infância como um processo natural da vida se mostra comum entre trabalhadores/as do SUAS e dos estudantes dos cursos de serviço social, psicologia e pedagogia que participaram das oficinas e da pesquisa participativa, observamos que no universo de quarenta participantes noventa por cento considera a infância como fase natural da vida e, portanto pensa que todas as crianças usufruem do direito de viver a infância, também consideram que o trabalho infantil acontece por falta de campanha, os pais “colocam” as crianças e adolescentes porque acreditam que o trabalho os afasta da “do vício”, “das más influências”, enfim, não os vê como uma contradição de classe, acreditam que as campanhas, propagandas e políticas públicas são suficientes para acabar com o trabalho infantil, existe a dificuldade de compreender que, a desigualdade de classe é fator que impulsiona a participação das crianças no mundo do trabalho produtivo e no mercado. Acreditamos na importância de ouvir as crianças, quem sabe elas possam nos ensinar aquilo que nossos olhos já não conseguem enxergar.

Referências Bibliográficas

- AGÊNCIA CENARIUM, <http://agenciacenarium.com.br> 2024 – acesso dia 07/07/2025.
- ARENHART, Deise, **Infância Educação e MST: quando as crianças ocupam a cena**. Chapecó: Argos, 2007.
- INSTITUTO BRASILEIRO GEOGRÁFICO ESTATÍSTICA. Pesquisa Nacional por Amostra Domicílios Contínua- PNAD 2022. <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br>
- INSTITUTO BRASILEIRO GEOGRÁFICO ESTATÍSTICA. Pesquisa Nacional por Amostra Domicílios Contínua- PNAD 2023. Link: <https://ipetrabalhoinfantil.trabalho.gov.br>
- KRAMER Sonia. **Infância, cultura contemporânea e educação contra barbárie**. In. Infância, Educação e Direitos Humanos. Kramer Sonia & Bazilio Luiz Cavalieri. São Paulo. Cortez, 2003.